

9/07/93

O deputado José Eduardo afirmou que considerava legítimas estas intervenções já que, desde há muito tempo, se tem vindo aqui a abordar o problema do Alter-fido.

O Presidente do Conselho disse ter visto nos últimos dias, em Alentejo, uma situação para meter este assunto em Tribunal e fim de semana seguinte que aqui afirmava.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrado o sessão de qual foi levantada a que passou a ordem.

Jose Eduardo
 José Eduardo
 ASJ

No novo dia julho de 1993 realizou-se o início do mês e uma hora e 35 minutos de Assembleia Municipal.

No início do sessão por parte do senhor José Eduardo foi convidado a exercer a função de segundo secretário o que aceite. Foi chamado e verificado o quorum, deu-se início à sessão. Lido o Acto de sessão anterior, sem discussões, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente o senhor Presidente do Conselho, depois de informar sobre o conciso recebido entre a duas sessões, fez alguns apontamentos, guardando a correspondência respectiva para seguir.

Ainda antes de encerrar a sessão verificou-se um erro de ordem da Assembleia por dar a boa noite e voto de felicidades ao novo chefe de Divisão, Dr. Jorge.

No período restante do dia foram intervenções de alguns membros tendo esclarecimento sobre a informação emitida do Sr. Presidente, Eschraen, etc, dividida sobre o Quartel de Bombas, sobre a festa toda a dia e outros.

Passou-se ao segundo ponto da Ordem de trabalhos. A revisão proposta após votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se ao terceiro ponto - Diversas. O Sr. José Eduardo perguntou qual o momento em se devia elevar com o lançamento

9/07/93

Orestes de Azevedo. O Presidente referiu cerca de seiscenta mil
créditos, que seriam aplicados em despesas com a água, após o qual
o mesmo esteve felicemente nomeado após a aprovação e
foi efectuado.

O deputado José Eduardo referiu o pouco significado do seiscenta
mil créditos no orçamento quando a água tem significado
um e uma melhoria de qualidade, não se podendo fazer
no orçamento de Azevedo.

O Sr. José Ferreira referiu que a água de Alta em a segunda
vez das Distribuições e informou que iam votar contra
a proposta.

O Sr. Borges subscreeveu e interveio a intervenção.

Votei a proposta de lançamento de Azevedo foi a mesma
reusada por sete votos contra, três votos a favor e
duas abstenções.

Passou a quarta parte do Ordenamento de Azevedo. Comandos do
Centro de Saúde. Instalou-se alguma polémica sobre a
necessidade de um novo edifício, conhecendo esta
ideia a Dr. José Eugénio e Deputado José Maria
devido às más condições de funcionamento, localização e
localização, não concordando o deputado José Eduardo
por descomparação de valores dos dois edifícios (dois blocos,
dois sanitários) quando obras fundamentais com a Betanap
e a Pimenta e a entrada de trabalho, um ficando
por fazer.

Votei o acordo foi o mesmo aprovado por unanimidade
Passou a quinta parte do Ordenamento de Azevedo.

Não foi do Regulamento e depois de feita a leitura do
regulamento pelo Senhor Presidente do Conselho, foi o mesmo
votado e aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida as últimas partes do Ordenamento
de Azevedo. Na parte da proposta de concessão de Azevedo,
o mesmo José Eduardo subscreeveu e propôs que
fosse em favor da proposta, se que possível através
de um ou outro lado o seu conteúdo e o Conselho

9/02/93

deixar toda a alteração. Mais concretamente, este
autora informou que iria votar contra porque:
1º Entende-se um manifesto em várias sessões e
em vez de mandata entender que tudo o que se
fizer para cumprir as ordens de voto de um tema
deve ser devidamente incentivado por toda a
especialmente pela Comissão. Assim, está de imediato contra
a aplicação de quaisquer taxa.

Vota contra porque em consciência e por coerência vote
contra o espírito do tratado, isto é, geralmente entende-se
que se devem criar condições para que as empresas
funcionem, para que as pessoas saiam, se possam e
convencem a não votar a favor embora com
interesses, pois essas condições não são a exploração
do Capi não existirá o facto de pagar a ele o
facto de serem ou não. Vote contra porque entende
que a Comissão não deve constituir um grupo cujo
exploração formar a um concorrente, ainda que, cujo
for concorrente, o facto que é extraordinariamente admi-
rado pagar a ter vida. Entende-se que não são as empresas
que se devem criar condições de trabalho, que deve ser o trabalho
a condições-se as empresas (Países do G-10). Gostaria que
seja constituída uma comissão no qual o Sr. Zep. Cruz
como representante do executivo e por do tratado se uma
e três representantes da Assembleia, abstracção nova proposta
para um director. Depois de longa discussão na Assembleia
este relatório foi aceite e a proposta de Comissão não foi
considerada.

Não houve pedido público ou outra sessão e também foi encerrada
a sessão, não antes de serem discutidos os documentos de
revisão do orçamento. De outros documentos não se
fazem as discussões.

20 de Junho de 2003: 